



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADÓRIA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO referente ao Procedimento Administrativo nº 267/2025

"Dispõe sobre análise de solicitação de parcelamento de dívida ativa do Sr. André Araújo Martins dos Santos".

Trata-se de solicitação de parcelamento de dívida ativa formulado pelo contribuinte **André Araújo Martins dos Santos**, com fundamento na legislação municipal vigente, requerendo o pagamento dos débitos inscritos sob os números MTCM-119788/2018 e MTCM-119787/2018 em até 60 (sessenta) parcelas mensais. O requerimento foi apresentado administrativamente perante a Secretaria Municipal de Tributos, tendo por finalidade a regularização da situação fiscal do contribuinte perante o Município.

As inscrições referem-se aos seguintes débitos:

- MTCM-119788/2018, número de ordem 178, folha 00179, livro 001 de 14/12/2018, com valor originário de R\$ 17.280,00;
- MTCM-119787/2018, número de ordem 179, folha 00179, livro 001 de 14/12/2018, com valor originário de R\$ 5.000,00.

Informa-se ainda que tais débitos são objeto de execução fiscal em curso, autuada sob o nº 8001915-58.2018.8.05.0209, perante o juízo competente da comarca local.

É o Relatório.

Segue Parecer Jurídico

FUNDAMENTAÇÃO:

A possibilidade de parcelamento de créditos inscritos em dívida ativa encontra respaldo no art. 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional (CTN), que reconhece o parcelamento como causa legítima de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADORIA MUNICIPAL

Art. 151 CTN. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

[...]

VI – O parcelamento. (Incluído pela LCP nº 104, de 2001).

No âmbito do Município de Retirolândia/BA, a Lei Complementar nº 13/2018 regulamenta o parcelamento de créditos tributários e não tributários, inclusive os inscritos em dívida ativa, autorizando o pagamento em até 60 (sessenta) parcelas, conforme dispõe o art. 24, §2º e §3º, *in verbis*.

Art. 24 LC nº 13/2018. O parcelamento destina-se ao pagamento de créditos tributários, constituídos ou não, inclusive inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, relativos aos tributos municipais.

[...]

§2º O parcelamento poderá ser concedido em prazo de até 60 (sessenta) meses, conforme disposições contidas em regulamento, ressalvando-se outro prazo contido em lei específica.

§3º O parcelamento de débitos objeto de execução fiscal será processado em forma de transação nos autos e dependerá de homologação judicial. Os créditos objetos de execução fiscal, com decisão transitada em julgado não serão objeto de parcelamento, ressalvando-se previsão em lei específica.

Dessa forma, o número de parcelas pleiteado pelo contribuinte encontra respaldo legal e está de acordo com os limites previstos na legislação municipal.

Ressalte-se que, por já haver execução fiscal ajuizada, o parcelamento requer procedimento específico. O art. 24, §3º, da LC nº 13/2018 de Retirolândia/BA, estabelece que o parcelamento de débitos em execução deve ser objeto de transação judicial, com a devida homologação pelo Poder Judiciário, sob pena de nulidade do ato e de manutenção da exigibilidade do crédito.



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADORIA MUNICIPAL

O referido entendimento é reforçado pelo art. 922 do Código de Processo Civil, que trata da suspensão da execução mediante parcelamento do débito:

Art. 922 CPC. Convindo as partes, o juiz declarará suspensa a execução durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra voluntariamente a obrigação.

Parágrafo único. Findo o prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso.

A homologação judicial da transação confere segurança jurídica tanto ao ente público quanto ao contribuinte, evitando nulidades futuras e assegurando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, com respaldo no art. 151, VI, do CTN. Além disso, a formalização judicial do acordo permite o acompanhamento dos pagamentos e a execução imediata do saldo remanescente em caso de inadimplemento, preservando o interesse público e a efetividade da cobrança.

Desta feita, ainda que a Administração Pública Municipal detenha competência para analisar e deferir administrativamente o pedido de parcelamento de crédito inscrito em dívida ativa, a eficácia jurídica do parcelamento relativo a débitos que se encontrem em fase de cobrança judicial depende, obrigatoriamente, de sua formalização na forma de transação processual e posterior homologação pelo juízo competente, nos termos do art. 24, §3º, da Lei Complementar Municipal nº 13/2018, c/c art. 922 do Código de Processo Civil.

Dessa forma, a celebração do parcelamento deve ser acompanhada da apresentação do respectivo termo e do comprovante de pagamento da primeira parcela nos autos da execução fiscal, instruindo pedido formal de homologação, a fim de que o Poder Judiciário reconheça a transação como válida e suspenda o curso da execução nos termos legais. Tal providência é imprescindível para a produção de efeitos jurídicos plenos do parcelamento no contexto judicial.



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADORIA MUNICIPAL

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, **opina-se** favoravelmente ao deferimento do pedido de parcelamento formulado por **André Araújo Martins dos Santos**, autorizando-se o pagamento das dívidas ativas MTCM-119788/2018 e MTCM-119787/2018 em até 60 (sessenta) parcelas mensais para cada uma, conforme autorizado pelo art. 24 da Lei Complementar nº 13/2018.

Contudo, considerando a existência de execução fiscal em curso (Proc. nº 8001915-58.2018.8.05.0209), **recomenda-se** que o termo de parcelamento seja juntado aos autos do processo judicial, acompanhado de petição devidamente instruída e habilitada pelo procurador competente, requerendo a homologação da transação, a fim de que o parcelamento produza os efeitos jurídicos previstos, inclusive a suspensão da exigibilidade do crédito.

É o parecer.

Devolvo o processo para que sejam encetados os esforços necessários à efetivação *in casu*.

GOVERNO Retirolândia/BA, 08 de maio de 2025. DOVO

Ilgner Levi Dias Magalhães Oliveira

ILGNER LEVI DIAS MAGALHÃES OLIVEIRA

Procurador Municipal – OAB/BA 76.690